

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-554-1
2025

Maéllica Lopes de Brito

Osmar Rufino Braga

Wellington Veras de Souza

FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) NAS LICENCIATURAS:

UM ESTUDO A PARTIR DOS PPPS
DOS CURSOS DA UFDPAR

RESUMO:

O presente estudo apresenta os resultados de uma pesquisa, cujo objeto tratou sobre a relação entre a formação inicial e a Educação das Relações Étnicos-Raciais (ERER) na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), a partir da análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) dos Cursos de Licenciaturas em Pedagogia, Biologia e Matemática, focalizando como esses cursos preparam e qualificam as/os profissionais da educação para desenvolverem práticas epistemológicas e educativas antirracistas e referenciadas no respeito à diversidade da comunidade estudantil. A pesquisa, de cunho qualitativo, priorizou uma metodologia onde se buscou analisar os objetivos formativos dos cursos, o perfil da/o egressa/o, os componentes curriculares, as ementas e as referências bibliográficas. Como resultados conclusivos a pesquisa mostrou que a ERER é tratada de maneira superficial nos cursos de licenciatura da UFDPAR, visto que apenas dois cursos oferecem uma disciplina diretamente ligada ao tema e essa oferta é opcional. Embora haja algumas referências teórico-filosóficas à ERER, elas são geralmente limitadas ao ensino de conteúdos relacionados às questões étnico-raciais e de gênero, o que no conjunto, compromete a formação docente inicial, mesmo considerando as diretrizes e Orientações demarcado na legislação homologada há quase 20 anos.

Palavras-chave: ERER; Formação Inicial; Currículo; Projeto político-pedagógico; Lei 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar, a partir dos Projetos Político-pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemáticas e da visão das estudantes e dos estudantes desses cursos, ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPPar), a relação entre a formação inicial e a educação para as relações étnico raciais (ERER), focalizando nos aspectos relacionados à formação/preparação/qualificação das/os futuras/os profissionais que atuarão na docência. Interessa-nos analisar, portanto, como as/os estudantes das referidas licenciaturas estão sendo qualificados em sua formação para o desenvolvimento de práticas político-pedagógicas, epistemológicas e educativas numa perspectiva antirracistas e referenciadas no respeito à diversidade, à diferença e aos direitos dos povos da comunidade estudantil. Pois percebe-se a necessidade de inserção social de docentes da educação superior na temática africana e afro-brasileira.

A sociedade brasileira é constituída na diversidade étnico-racial e cultural e estes elementos reverberam no chão da escola, neste contexto, se faz necessário uma reflexão sobre a garantia do acesso e permanência na educação para todos os sujeitos que compõem a sociedade brasileira, sendo pertinente, portanto, saber se os profissionais da educação estão capacitados para desenvolverem uma educação antirracista (Cavalleiro, 2001, p. 11).

Trabalho de Silva e Ustra (2022), concluiu que o tema “relações étnico-raciais” em pesquisas realizadas nos anos de 2011 a 2021, apesar de amplo, ainda é pouco estudado. No que tange ao campo da educação, o pesquisador e a pesquisadora perceberam que as investigações se centram expressivamente na questão da implementação da Lei Nº 12 10.639/2003, a qual, mesmo atrelada

à formação de professores, ao livro didático e ao currículo, por exemplo, mostram uma abordagem ainda restrita ao que se refere à amplitude das relações étnico-raciais. As autoras listaram e estudaram 30 artigos. É interessante observar nesse trabalho que, em relação aos contextos das pesquisas, as autoras notaram que trabalhos voltados às “Políticas Afirmativas” e à “Formação de Professores” apresentaram maior ocorrência, com seis e cinco trabalhos respectivamente. Assim, o autor e a autora afirmam: “Percebemos, frente a isso, o desenvolvimento de pesquisas que visam a compreender quais são as necessidades dos profissionais na área da Educação em relação às Leis Nº 10.639/2003 e Nº 12.711/2012” (SILVA & USTRA, 2022, P. 14). Essas leis, como sabemos, tratam da política de cotas, das relações étnico-raciais e procuram estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A Lei nº 10.639/2003 nos fez repensar outros paradigmas que descontinuem novos conceitos de aprendizagens que vá além daqueles abordados nos livros didáticos, os quais ainda transmitem conceitos estereotipados de negros em situação de escravidão, sem levar em consideração a imagem do ser humano ali exposta e contextualizar de forma dialética, epistêmica e intercultural o papel social que desempenha na sociedade brasileira.

Situamos nosso trabalho nesse contexto, ou seja, na luta pela implementação da Lei 10.639/2003 e no combate a todas as formas de racismo nas instituições de ensino básico e superior. E uma das formas de racismo é a invisibilidade das questões étnico-raciais, particularmente da ERER nos currículos da educação básica e superior, especialmente das licenciaturas.

O trabalho está organizado nas seguintes partes: 1) o caminho metodológico, onde apresentamos como produzimos os dados da pesquisa, o público sujeito e como procedemos à análise dos dados;

2) O contexto da ERER no Brasil e a formação de professores/as: alguns desafios e avanços, item onde oferecemos um panorama geral do tema, relacionando-o à formação docentes, sistematizando alguns desafios e avanças; 3) A formação inicial no contexto da ERER: o que revelam os PPP's das licenciaturas e a voz dos/as discentes, parte onde procuramos analisar a realidade dos cursos de licenciatura da UFDPar, visando a perceber como a formação enfrenta e trata as questões étnico-raciais, considerando alguns elementos dos PPP's dos Cursos de Pedagogia, Biologia e Matemática. A última parte, nas Considerações Finais, apresentamos nossas conclusões.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada inscreveu-se na abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2014), se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. O tipo de pesquisa é caracterizado como Estudo de Caso, definido por Creswell (2010, p. 38), como uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos. A abordagem qualitativa, portanto, possibilita maior contato com o público-alvo e investigação do ambiente, como a assinala a autora Elaine Guerra (2014):

O objeto de estudo envolve pessoas que agem de acordo com seus valores, sentimentos e experiências, que estabelecem relações próprias, que estão inseridas em um ambiente mutável, onde os aspectos culturais, econômicos, sociais e históricos não são passíveis de controle, e sim de difícil interpretação, generalização e reprodução (Guerra, 2014, p. 11).

Como vemos, a abordagem qualitativa, ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, trabalha com descrições, comparações e interpretações.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), particularmente junto aos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas e Matemática, tendo como sujeito três estudantes, sendo o primeiro da Pedagogia, o segundo da Biologia e o terceiro, da Matemática. As/os participantes da pesquisa, possuem entre 20 e 25 anos de idade, sendo, desses, duas mulheres, e um homem. Eles apresentam um alto nível de motivação para estudar, uma 14 vez que estão empenhados em se aprofundar no conhecimento de suas áreas de estudo; têm uma boa habilidade de aprendizado, pois são capazes de compreender e aplicar os conhecimentos adquiridos. Além disso, apresentam boa capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal, o que as/os ajuda a compreender melhor os assuntos abordados. Todas/ os as/os participantes possuem acesso à internet e são usuários ativos das mídias sociais.

O levantamento e estudo dos Projetos Político-pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, Biologia e Matemática da UFDPar foi realizado através da busca dos PPP's nas páginas virtuais dos referidos curso da UFDPar, definindo como critérios de escolha os documentos 15 institucionais dos cursos do campus sede, com o intuito de identificar e analisar como as questões étnico-raciais são tratadas no âmbito acadêmico destes cursos. Para isso, foram consultadas as ementas, bibliografias, os objetivos formativos e o perfil do egresso de cada curso. O estudo de cada um destes cursos contou com a leitura e análise de seus Projetos Político-pedagógicos, a fim de percebermos e verificarmos se os mesmos contemplam e consideram a dimensão étnico-racial, e se os currículos e sua abordagem teórico-metodológica, qualificam os sujeitos formandos/as para uma atuação embasada e crítica na área em questão, na diversidade, diferença e no contexto de uma educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisamos o grau de importância a partir dos objetivos dos cursos de Pedagogia, Matemática e Biologia, considerando que estes revelam ou explicitam as intencionalidades teórico-político-pedagógicas da formação ofertada. Observamos de imediato que os cursos não contemplam o tema da ERER no âmbito dos objetivos da formação, embora o objetivo geral do PPP da Pedagogia faça referência aos “[...] contextos social, cultural e político [...]” (PPP Pedagogia, 2011, p. 14). Os Cursos de Pedagogia e Matemática, contudo, apresentam ementas e disciplinas relacionadas à ERER, mas não evidenciam em seus PPP's, no campo dos objetivos gerais e específicos, as intencionalidades formativas, o que revela certa invisibilidade epistemológica do tema na formação, ou seja, ERER e as questões políticas e pedagógicas implicadas não são vistas como centrais na educação e na formação de professoras e professoras, uma vez que aparecem apenas como conteúdo nos currículos, dentre outros.

De acordo com os dados produzidos, percebemos que há apenas quatro disciplinas que contemplam ERER nas licenciaturas acima citadas: duas no Curso de Pedagogia (Relações Étnico-Raciais Gênero e Diversidade- 60 horas; Cultura Brasileira – 60 h), ambas optativas; duas no de Matemática (Relações étnico-raciais, gênero e diversidade – 60 h; Ética e Educação – 60 horas), ambas também optativas. O Curso de Biologia não contempla ERER em nada.

Há invisibilidade epistemológica nos objetivos formativos dos cursos, já que não há menção explícita a ERER nas intenções pedagógicas.

Os currículos demonstram desatualização bibliográfica: maioria das referências com ausência de autoras e autores negros contemporâneos. A ausência de representatividade bibliográfica e teórica reproduz um currículo eurocentrado, como discutido por Gomes (2017) e Munanga (2005).

Buscamos dialogar com as/os discentes sobre a importância que seu curso dá para as questões étnico-raciais. As/os discentes manifestaram opiniões diferentes:

Eu acho que é de grande relevância, pois nos proporciona uma desconstrução acerca do que nos foi repassado ao longo desses anos de educação básica. Quebra de preconceitos (Discente da Pedagogia).

Não observo a universidade fazendo algo, alguns cursos fazem (Discente da Matemática).

Relativamente, são bem poucas. Em geral, o Curso de Ciências Biológicas é licenciatura, então acho importante também abordar um pouco esse tema, visto que como futuros professores, estaremos diante de alunos de todas as raças, então um preparo mais adequado seria importante. A universidade em geral é bem acolhedora, mas como citei, deveria ter um preparo maior (Discente da Biologia).

Observamos que as/os discentes reconhecem a importância de ERER nos cursos e na universidade, mas demonstram que esta última ainda não investe efetivamente na qualificação dos futuros professores/as. Esse relato pode ser pensado no contexto da luta que vem sendo travada há muito tempo pelo movimento negro no Brasil, no que tange não somente ao acesso ao ensino superior, mas também ao direito a uma instituição que intelectual, científica e educativamente seja organizada e funcione baseada nos direitos dos povos ao conhecimento, como assinala Bonarepaux (2003), que, referindo à universidade, afirma que a mesma ainda está distante, desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos e ao combate ao racismo.

Os Discentes reconhecem a importância da temática, mas lamentam sua posição marginal nos cursos. Reivindicam a obrigatoriedade de ERER, principalmente em cursos de formação de

professores, apontando que tratá-la como optativa é “como se o racismo fosse uma opção e não uma realidade”. Sentem que a universidade ainda não valoriza suficientemente as questões étnico-raciais no cotidiano formativo.

A pesquisa reforça o argumento de que a ausência de obrigatoriedade e atualização curricular sobre ERER compromete a formação crítica e cidadã dos futuros professores, mesmo com leis em vigor como a 10.639/2003 e 11.645/2008.

O distanciamento entre legislação, currículo e prática revela a resistência institucional à diversidade e a persistência de um modelo pedagógico hegemonic e monocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que ainda são grandes os desafios relacionados à formação docente, à ERER e ao trabalho com a diversidade nas instituições de ensino. Mesmo com a Lei nº 10.639/03 e a Resolução nº 1/2004, persiste a ausência de conteúdos sobre as matrizes africanas e um déficit significativo na qualificação dos professores para tratar desses temas.

Constatou-se que os currículos universitários, marcados por forte eurocentrismo, invisibilizam saberes ligados à história, à vida e às lutas de povos negros e indígenas, não dialogam com as questões estruturais que esses grupos enfrentam e não contemplam adequadamente a diversidade étnico-racial. Nesse contexto, torna-se urgente a reestruturação e atualização dos cursos de licenciatura (Pedagogia, Biologia e Matemática), bem como a reformulação dos PPPs, de modo a efetivar uma educação democrática e antirracista, em consonância com a legislação.

Os resultados mostram que a ERER permanece tratada de forma superficial nos PPPs da UFDPar, limitada em geral a conteúdos pontuais sobre questões étnico-raciais e de gênero, sem desenvolver competências para o trabalho com a diversidade. Isso indica que a formação inicial de professores não tem preparado adequadamente os/as futuros/as docentes para enfrentar o racismo e a discriminação, contribuindo para a reprodução de práticas preconceituosas nos espaços educativos.

Frente a esse cenário, torna-se necessária a implementação de políticas institucionais que assegurem: acesso e permanência de estudantes afro-indígenas; reconfiguração curricular a partir das matrizes africanas e indígenas; contratação de docentes comprometidos com as questões étnico-raciais; formação específica para populações historicamente discriminadas; e ampliação do acesso à produção científica de autores negros. A formação do professorado é central nesse processo, exigindo capacitação constante e produção de recursos didático-pedagógicos que favoreçam a compreensão do racismo, das desigualdades e das possibilidades de emancipação social.

Conclui-se que a reorientação da formação inicial e o fortalecimento da ERER na UFDPar e em outras instituições de ensino superior constituem instrumentos fundamentais para enfrentar as desigualdades sociais, combater a discriminação histórica contra a população negra e promover a conscientização sobre a importância de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

BONAREPAUX, Christian. **Conflict israélo-palestinien**: L'université enroulée. *Le Monde de L'Education*, Paris, n. 311, p. 19-21, fév. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação Anti-racista**: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CREWELL, John. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. **As ações afirmativas e o processo de promoção da igualdade efetiva**. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04.pdf>, 2003.

GOMES, L. S. (2005). **O racismo na educação**: ações afirmativas, currículo multicultural e ação contra o racismo. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOMES, J. L. (2017). Movimentos sociais negros no Brasil: identidade e resistências. **Revista História da Educação**, v. 10, n. 2, p. 110-128.

GUERRA, Elaine. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

JESUS, Jose Nilson Silva de. **A Lei Nº 10.639/2003**: À Luz das Práticas Pedagógicas em Escolas Quilombolas no Alto Rio Trombetas- Oriximiná/Pá. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

JESUS, Jose Nilson Silva de. **Lei 10639/03**: Depoimento. [São Paulo, fevereiro 2005] Entrevistador: Fábio de Castro. Disponível em: . Acesso em: 25/02/2020.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2^a ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SILVA, Andressa Queiroz da; ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. Formação de Professores e a Lei 10.639/2003: Por uma descolonização do (s) saber (es) na escola. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 3, n. 1, p. 2-20, ago.2019/jan. 2020. Enviado em: 17/11/2020 Aprovado em: 18/11/2020.

SILVA, Brunna Alves da; USTRA, Sandro Rogério Vargas. Relações étnico-raciais e suas produções na área da Educação: Uma análise na plataforma. **Revista Práxis Educativa**, vol. 17, e19379, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Parnaíba (PI): 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Matemática.** Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Parnaíba (PI): 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biologia.** Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Parnaíba (PI): 2011.

Maéllica Lopes de Brito

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Professora celetista temporária, pós-graduada em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pós-graduada em Ensino de Empreendedorismo e Criação de Negócios na Educação Básica e graduanda em Educação Especial Inclusiva pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE) da UFDPar.

E-mail: maellicalopes15@gmail.com

Osmar Rufino Braga

Graduado em Pedagogia, Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UF) e professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

E-mail: osmarbraga@ufdpar.edu.br

Wellington Veras de Souza

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), com interesse em Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Infantil, Inclusão Escolar e Metodologias Ativas.

E-mail: well19z@outlook.com